
VIOLÊNCIA SEXUAL NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: REPRESENTAÇÕES DOCENTES

Ana Carla Vagliati¹
Geiva Carolina Calsa²

Resumo: Apresentamos os resultados de uma revisão das produções acadêmico-científicas brasileiras dos últimos dez anos que investigam representações docentes sobre violência sexual contra meninas. Realizamos buscas nos sites de bibliotecas digitais (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Nacionais - BDTD e Scientific Electronic Library Online - Scielo) utilizando as palavras-chave: representações, violência sexual e gênero. Constatamos que as representações presentes nestes estudos estão ancoradas em discursos sexistas e binários que naturalizam a submissão de meninas e mulheres ao desejo masculino. Como medida preventiva contra este tipo de violência as pesquisas apontam a necessidade de intervenções no espaço escolar junto aos/as docentes para que tenham oportunidade de refletir e ampliar suas representações sobre violência sexual e gênero.

Palavras-chave: Representações; educação; violência sexual; gênero.

Abstract: We present the results of a review of academic and scientific production Brazilian the past decade investigating teachers representations of sexual violence against girls. We conducted searches in the digital library sites (Higher Level Personnel Improvement Commission - CAPES, National Theses and Dissertations Digital Library - BDTD and Scientific Electronic Library Online - SciELO) using the keywords: representations, sexual violence and gender. We note that the representations contained in these studies are rooted in sexist speeches and binaries that naturalize submission of girls and women to male desire. As a preventive measure against this type of violence the research point to the need for interventions at school together the teachers to have the opportunity to reflect and expand their representations of sexual violence and gender.

Keywords: Representations; education; sexual violence; gender.

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UEM) – Maringá/PR. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisas em Psicopedagogia, Aprendizagem e Cultura. E-mail: ac.vagliati@hotmail.com
2 Professora adjunta da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Maringá/PR. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia, Aprendizagem e Cultura. E-mail: gccalsa@hotmail.com

1. Introdução

A violência sexual contra o gênero feminino é parte da história humana com variações de intensidade de acordo com a cultura, o local e a época (AZEVEDO; GUERRA, 2000; BASS; THORNTON, 1985). No Brasil, no século passado, a violência sexual cometida contra mulheres e crianças era julgada a partir do ataque à dignidade de quem a sofreu. No contexto patriarcal, presente na ideologia judaico-cristã que orienta as condutas das nações ocidentais, a violência sexual ainda é considerada um “crime de vergonha, sem vítimas” (POLAC, 2015, p. 18), pois, a mulher é colocada no banco dos réus e, em muitos casos, tem que provar que não teve culpa pela violência sofrida, Polac (2015) aponta ainda que se não comprovada sua virgindade, a mulher violentada desonra a família.

De acordo com Bass e Thornton (1985, p. 24), desde a Antiguidade há registros de adultos que mantinham relação sexual com crianças do sexo feminino a partir dos três anos de idade. Na China, por milhares de anos, as meninas foram obrigadas, a partir dos cinco anos de idade, a passar pelo processo de redução dos seus pés, que deveriam medir entre oito e dez centímetros; passar por esse doloroso processo garantia às meninas um futuro casamento. Em alguns continentes como África e Oriente Médio ainda é comum a mutilação do clitóris das meninas cuja idade varia entre uma semana de vida e 14 anos. Essa mutilação tem a intenção de evitar que elas sintam prazer na relação sexual e mostrar o lugar ocupado pelo homem, detentor do poder, e pela mulher, submissa e privada de qualquer prazer (BASS; THORNTON, 1985).

Essa realidade começa a mudar com os movimentos sociais e políticos das mulheres, em particular no Ocidente, cuja exigência era a de que fossem consideradas sujeitos de direito na legislação contra violência sexual. Contudo, apesar desses movimentos e de mudanças gradativas na legislação internacional e nacional, essa forma de violência contra mulheres ainda é persistente.

No Brasil, dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH), referente aos quatro primeiros meses de 2016, revelam que das quase cinco mil denúncias de violência sexual a maior parte das vítimas são meninas adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos. 31% das denúncias indicam violência sexual contra adolescentes de 12 a 14 anos, 20% das denúncias se referem a adolescentes entre 15 e 17 anos, e outros 5,8% de crianças entre 0 e 3 anos. Já em 2014 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelava que do total das notificações ocorridas em 2011, 88,5% das vítimas eram do sexo feminino, mais da metade tinha menos de 13 anos de idade.

Após a instituição da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, diversas formas de violência, principalmente a sexual, passam a ser consideradas violência de gênero. Isso leva a que em 2015 o feminicídio passe a ser qualificado como crime hediondo assegurado pela Lei 13.104/2015. É considerado feminicídio o crime contra a mulher em decorrência de seu sexo.

Para a Lei Maria da Penha, Art. 7º, a violência sexual é entendida como,

[...] qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da

força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

A lei explicita uma visão mais ampla do que seja a violência sexual contra mulheres, não limitando-a apenas ao ato sexual em si, mas ampliando-a para outras formas de contato e dominação, direta ou indireta. A violência sexual direta se caracteriza por contato físico direto com o corpo da vítima e pode ocorrer de diferentes formas como beijos, carícias, masturbação, relação sexual, penetração de objetos nos órgãos sexuais, sexo oral, entre outros. Na violência sexual indireta a vítima é convidada e estimulada a assistir filmes pornográficos, nos quais vê e ouve contatos sexuais impróprios para seu desenvolvimento psicosssexual. É o caso também do agressor que observa a vítima nua ou despindo-se explicitamente ou como voyeurismo em que não são percebidos; fotografa a vítima para uso erótico; expõe seus órgãos genitais para que sejam apreciados por outros ou faz com que a vítima o observe em situações íntimas – exibicionismo (banho, relações sexuais, etc.) (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Conforme Landini (2006), em nosso país, há pelo menos 116 anos a violência sexual contra mulheres e meninas tem sido documentada. Contudo, de acordo com estudos anteriores (BRAUN, 2002; SANTOS, 2011; FALEIROS; FALEIROS, 2008; LANDINI, 2011) e confirmados pela presente revisão da produção científica brasileira sobre o tema é principalmente na última década que este tema tem ocupado o espaço institucional da pesquisa acadêmica por parte de diferentes áreas, como a educação, a saúde (medicina e enfermagem), a psicologia e as ciências sociais.

A relevância que este assunto vem tomando entre diferentes contingentes da população brasileira atual tema, sua repercussão crescente nas mídias sociais e instituições escolares nos levaram a indagar sobre o que as pesquisas científicas brasileiras tem produzido sobre a violência sexual contra o gênero feminino. Neste artigo, apresentamos um recorte da revisão realizada concentrando-nos nos estudos sobre as representações de docentes sobre a violência sexual contra meninas. Para o desenvolvimento da pesquisa buscamos artigos, dissertações e teses disponibilizadas nas bibliotecas digitais Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Nacionais (BDTD) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). A busca foi realizada a partir de todas as combinações possíveis das seguintes palavras-chave: representações, violência sexual e gênero e algumas derivações como representações sociais e abuso sexual.

Para a seleção desses estudos realizamos exploração, seleção e descarte do material encontrado por meio da leitura sequencial dos títulos, resumos e textos integrais (MINAYO, 2007). Do total de trabalhos encontrados selecionamos vinte trabalhos que continham concomitantemente nos títulos e nos resumos as palavras-chave selecionadas. Na leitura flutuante procuramos manter os que além de conterem as palavras-chave definidas também se voltassem ao campo da educação, restando assim 10 produções. A partir de sua leitura integral selecionamos os que, além destes critérios, atendessem ao de pesquisar representações

de professores/as e demais integrantes do espaço escolar, finalizando a seleção com 5 dissertações e teses descritos a seguir.

2. Representações Sobre Violência Sexual Contra Meninas

A identificação das representações docentes sobre violência sexual contra meninas tem sido considerada relevante por vários segmentos de profissionais da área da Educação, da Saúde e da Psicologia, uma vez que a maneira como os/as professores/as lidam com esses temas no ambiente escolar tendem a repercutir na vida psíquica e social de seus estudantes, meninos e meninas. Compartilhamos com a afirmação de Louro (1997) para quem “as representações de professoras e professores dizem algo sobre esses sujeitos, delineiam seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas” (p. 98), como também contribuem para a elaboração das representações de suas/seus alunas/os.

Para facilitar a apresentação dos cinco trabalhos encontrados em nossa busca os separamos em dois grupos. Do primeiro grupo fazem parte os três estudos de representações docentes sobre gênero – a dissertação de Fabiane Freire França (2009), e as teses de Fabiane Freire França (2014) e Karina de Toledo Araújo (2015). Do segundo grupo fazem parte as duas produções sobre representações docentes e violência sexual – a dissertação de Michelle Venâncio Ikefuti (2012) e a de Patrícia Monteiro Ribeiro (2012).

Três dos estudos apresentados foram desenvolvidos por um mesmo grupo de pesquisa – GEPAC/UEM/CNPq³ – que vem se dedicando à investigação de representações sociais sobre grupos estigmatizados e discriminados pela sociedade. A dissertação de Fabiane Freire França (2009) *A contribuição dos estudos de gênero à formação docente: uma proposta de intervenção* investigou as representações sociais docentes sobre gênero. Para isso realizou entrevistas com docentes e um processo de intervenção pedagógica com discussões em grupo. O estudo é caracterizado como uma pesquisa-ação-participativa, fundamentado na Teoria das Representações Sociais e nos Estudos de Gênero. Concluiu que a realização da intervenção pedagógica com as/os docentes possibilitou o processo de tomada de consciência dos conceitos de gênero de cada indivíduo e do grupo, e favoreceu a abertura a outras representações possíveis deste tema.

Após seu mestrado, a autora desenvolveu sua tese de doutorado (FRANÇA, 2014) com o título *Representações Sociais de Gênero e Sexualidade na Escola: diálogo com educadoras* que investigou a repercussão de uma intervenção pedagógica na modalidade de círculo dialógico sobre as representações sociais de gênero de professoras. Para isso utilizou como referencial teórico os Estudos de Gênero e a Teoria das Representações Sociais voltadas à educação escolar. O estudo se constitui em uma pesquisa-ação-participativa. Concluiu que as participantes apresentaram, em sua maioria, uma visão sexista e binária referente as relações de gênero, mas que os círculos dialógicos permitiram a ampliação da Polifasia Cognitiva das participantes sobre o tema.

3 Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicopedagogia, Aprendizagem e Cultura com aporte teórico e metodológico dos Estudos Culturais e da Teoria das Representações Sociais, coordenado pelas Profas. Dra. Teresa Teruya e Dra. Geiva Calsa na Universidade Estadual de Maringá – UEM.

A tese de Karina de Toledo Araújo (2015) *Representações Sociais de Estudantes do Ensino Médio Sobre a Prática do Futebol por Mulheres: intersecções entre gênero, corpo e sexualidade* analisou as representações sociais de estudantes de ensino médio sobre a prática do futebol por mulheres, com objetivo de analisar os processos formativos dessas representações com relação às perspectivas de gênero, corpo e sexualidade dos/as participantes. Utilizou como referencial da pesquisa a Teoria das Representações Sociais, e para sistematização e análise dos dados, o método da Análise de Conteúdo. Concluiu que os estereótipos relacionados à prática do futebol estão intimamente ligados às marcações de gênero, corpo e sexualidade, o que dá margem às representações discriminatórias das/os estudantes. Sugere assim uma reestruturação no âmbito escolar que vise transformações referentes às questões de gênero, corpo e sexualidade nos processos formativos das/os estudantes.

Os dados das pesquisas citadas (FRANÇA, 2009; 2014; ARAÚJO, 2015) sugerem que os/as participantes se ancoram em reproduções do discurso dos grupos hegemônicos de nossa sociedade sobre sexualidade e gênero. Afinal “quem fala *pele* outro controla as formas de falar *do* outro” (SILVA, 2010, p. 34, grifo do autor). Além disso, as autoras concluem que quando o outro está relacionado ao gênero feminino as representações da escola tendem a ser heteronormativas. A mulher é representada como um indivíduo que precisa ser contido em suas emoções e comportamentos, que é naturalmente frágil, delicada, que deve ocupar lugares determinados de acordo com suas competências, ou a falta delas. Estes lugares se restringem à casa, à cozinha, ser boa mãe e boa mulher, distanciando-se de outros lugares como o futebol, entre outros.

Ambas as pesquisas, no entanto, pontuam a possibilidade de mudança das representações sobre o gênero feminino. Araújo (2015) considera que essas mudanças podem ocorrer na estruturação e desenvolvimento do currículo escolar, bem como por meio da formação continuada de professores/as. Mudanças que França (2009; 2014) consegue observar, em parte em sua pesquisa, no desenrolar de sua intervenção pedagógica com os/as docentes no círculo dialógico sobre o tema. Nesta intervenção esses/as profissionais, ao entrarem em contato com representações sociais diferentes das suas sentiram-se a vontade para problematizá-las e refletir sobre mudanças em sua forma de pensar e em sua prática pedagógica com os/as estudantes sobre gênero.

No segundo grupo de estudos revisados está presente a dissertação de Michelle Venâncio Ikefuti (2012) *Concepções de Licenciandos sobre Violência Sexual e Políticas Públicas Educacionais* cujo objetivo foi o de identificar o conhecimento que as/os futuras/os professoras/es de oito cursos de licenciatura (Biologia, Educação Física, Física, Geografia, Letras, Matemática, Pedagogia e Química) têm acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes. Para isso aplicou questionários com os/as alunos/as participantes. Como forma de tabular as questões fechadas e as evocações de palavras respectivamente, utilizou os softwares SPSS, versão 12.0 e o EVOC (Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations), versão 2000. As análises dos resultados foram feitas utilizando os documentos governamentais que regem a área de Educação no país, além dos Planos Estadual e Nacional de enfrentamento à violência sexual.

A pesquisadora constatou que não as/os estudantes não se sentiam preparadas/os para lidar na escola com casos de violência sexual, pois sua formação não abordara este tema. Os dados de sua pesquisa revelam que as/os participantes têm conhecimento sobre violência

sexual, mas restrito ao que é veiculado nas mídias, ou seja, um saber de senso comum, fragmentado e permeado de estereótipos e preconceitos. Nesse contexto, a autora conclui que as/os futuras/es professoras/es podem tomar atitudes de descrédito e responsabilização da vítima, como demonstradas, por exemplo, nas representações sobre culpados, em que ino-centam as crianças, no entanto entendem que o/a adolescente provoca a violência, assim o violentador apenas reagiria ao estímulo dado.

A dissertação de Patrícia Monteiro Ribeiro (2012) *O Abuso Sexual Infantil Intrafamiliar e os Sentidos Compartilhados pelos Professores em Recife* investigou os sentidos construídos e compartilhados por docentes sobre abuso sexual intrafamiliar, ou seja, dentro da família da vítima. Para isso aplicou questionários e realizou entrevistas semiestruturadas com professoras/es dos anos iniciais da Educação Básica. Adotou como referencial teórico-metodológico a Teoria das Representações Sociais e para análise dos dados utilizou a Análise de Conteúdo de Bardin. Identificou que as/os professoras/es se perceberam impotentes, despreparadas/os e em sofrimento na atuação diante do abuso sexual intrafamiliar, manifestam a perspectiva do âmbito familiar como esfera privada e espaço inviolável, isentando-se de uma atuação mais efetiva.

Ao pesquisarem a violência sexual relacionada a educação, as duas pesquisas pertencentes ao segundo grupo (IKEFUTI, 2012; RIBEIRO, 2012) reforçam a conclusão de que a escola é um espaço fundamental na prevenção, denúncia e intervenção nos casos de violência sexual. De acordo com as autoras também Brino e Willians (2003) ao tratarem sobre a revelação afirmam que em 44% dos casos de violência sexual o professor é a primeira pessoa a saber e, em 52% dos casos é o primeiro adulto a saber.

As pesquisadoras, Ikefuti (2012) e Ribeiro (2012), indicam ainda que as/os educadoras/es foram unânimes em afirmar que se sentem despreparadas/os para lidar com os casos de violência sexual na forma de prevenção, identificação e denúncia, no entanto, a violência sexual é objeto de representações e está presente em conversas do cotidiano. Suas conclusões são convergentes as de Moscovici (2015) quando assinala que as representações se fazem presentes em todas as dimensões da vida de cada indivíduo e grupo social. As representações se produzem, reproduzem e circulam em todos os âmbitos simbólicos, pois permitem aos sujeitos compreender, explicar, tomar decisões e agir em seu dia a dia.

Levando em conta as conclusões desses estudos concordamos com Louro (1997), que enquanto professoras/es, “[...] temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui” (p. 64), isso significa questionar o que ensinamos e a forma como ensinamos. Professores/as ainda se constituem modelos de identificação para meninos e meninas e, neste sentido, mais do que apresentar este tema na forma de conteúdo escolar é o seu olhar sobre o tema que pode vir a fazer diferença na formação de seus alunos/as. Entre os vários estudos sobre a influência das representações de docentes sobre seus/as estudantes os de Freire (1996) e Louro (1997; 2000) reforçam essas considerações ao mostrar que é a visão de mundo do/a professor/a expressa em seus comentários informais, gestos e condutas que repercutem mais fortemente na formação das identidades de seus/as alunos/as.

Por essa razão, consideramos que pesquisas ao relacionarem violência sexual e gênero, voltadas para a educação escolar, podem possibilitar aos/as docentes um repensar sobre

suas representações de si e do outro e, nesse contexto, oportunizar uma educação que venha contribuir para questionar preconceitos e desigualdades.

Considerações Finais

Ao finalizar este estudo de revisão concluímos que a ausência de produções acadêmicas que pesquisem as representações docentes sobre violência sexual e gênero ainda se faz presente na ciência brasileira. Fato que contraria a importância que o/a professor/a tem na escola, na identificação e na denúncia de casos de violência sexual entre meninos e meninas (ECA, 1990; LANDINI, 2011; BRINO; WILLIANS 2003). A instituição escolar continua sendo amparo e sustentação para crianças e jovens, bem como centro difusor de informações e práticas relacionadas a violência sexual, ao gênero e a sexualidade. Além disso, constata-se, com maior intensidade na adolescência, manifestações dos/as alunos/as para que seja abordada, de forma intencional, a educação para a sexualidade na escola (AQUINO, 1997).

Lembramos que, na nossa cultura, as meninas aprendem, de forma intencional ou não, desde crianças, o que é ser mulher, e são ensinadas, inicialmente pela família, a necessidade de saber cuidar de crianças, dos/as filhos/as, saber cozinhar, lavar, passar, cuidar da casa e do marido, que ser mulher é saber servir e se submeter, é ser dócil, carinhosa, afetiva, sensível, romântica, comportada. Tais posturas podem ser reforçadas em diversos espaços sociais, inclusive na escola. É através das representações do que é ser mulher que as diferenças entre o gênero feminino e o masculino vão se formando, e apesar de socialmente construídas são naturalizadas, adquirindo status de verdade absoluta e definitiva.

Nesse contexto a violência sexual enquanto violência de gênero visa o domínio do gênero masculino sobre o feminino, contribuindo para a manutenção da inferioridade feminina. Entendemos, assim, a escola não como local de adaptação ao meio social e aos valores e representações hegemônicas, mas sim sua transformação em prol da equidade de gêneros e inexistência de violência sexual contra meninas e meninos. Ou seja, desconstrução da normatividade vigente e ampliação das representações de professoras/es e estudantes sobre esses temas.

Referências

AQUINO, J. G. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Org.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BASS, E.; THORNTON, L. (Org.). *Nunca contei a ninguém*. São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1985.

BRASIL. Ministério Público Federal. *Estatuto da criança e do adolescente (ECA)*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.

BRASIL. *Lei Maria da Penha*, Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Brasília.

_____. *Lei Feminicídio*, Lei nº 13.104, de 9 de Março de 2015. Brasília.

BRAUN, S. A *Violência Sexual Infantil na Família: do silêncio à revelação do segredo*. – Porto Alegre: AGE, 2002.

LANDINI, T. S *Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração*. In: *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pp. 225-252.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. - Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org). *O corpo educado pedagogias da sexualidade*. 2ª ed. – Belo Horizonte, BH: Autêntica, 2000.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 11. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

POLAC, A. F. L. *Sentidos do corpo e das práticas corporais nas trajetórias de pessoas que sofreram violência sexual na infância e na juventude*. Dissertação (Mestrado), São Paulo – SP: USP, 2015, 129 f.

SANTOS, V. M. M. *Pontes que se Estabelecem em Educação Sexual: um diálogo sobre a formação continuada e os saberes das práticas pedagógicas de professores no Brasil e em Portugal*. Tese (Doutorado) – São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, 2011, 218p.

SILVA, T. T. da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. – 1. ed., 4. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.